

O Economista

Publicação do Conselho Regional de Economia - 7ª Região / SC

Ano XIII - nº 79



Especial China

O ambiente de negócios, a parceria com o Brasil e os diferenciais econômicos do país, analisados por especialistas

XVII Prêmio Catarinense de Economia

O Campo de Atuação do Economista-Perito

Informação e Conhecimento: Fatores de Produção do Século 21

Editorial

Ao tomar posse na presidência do Conselho Regional de Economia da 7ª Região, dizia que olhando para os grandes desafios que o Brasil enfrenta ou deveria enfrentar com mais seriedade, certamente nos deparamos com a possibilidade da participação de profissionais de economia para buscar a solução, sugerir melhorias, diminuir desigualdades, fazer aquilo que aprendemos na macroeconomia, ou seja, alocar o menor recurso para a obtenção do maior resultado.

Como exemplo, citei alguns desafios que gostaria de ver sendo discutidos

- A diferença existente atualmente entre os pedágios praticados pelas concessionárias vencedoras das licitações nos tempos em que o critério era do maior valor e os mais recentes quando o critério passa a ser pela menor tarifa. Com isso, temos agora valores praticados muito diferentes para trechos com a mesma distância. Não queremos descumprir contratos, mas sim, estudar um novo contrato em que possa haver uma equalização das tarifas.
- O grande desafio do país produtor de uma forma alternativa, ecologicamente correta, e que por questões de mercado estamos deixando de usar o etanol como combustível e voltamos a importar gasolina para suprir o déficit no abastecimento.
- As questões de Belo Monte e Jirau motivo de documentários de artistas globais contrários a sua construção. Fácil criticar, mas qual a alternativa para o crescente aumento da demanda de energia elétrica. Construção de usinas térmicas movidas a carvão ou nuclear ou diminuir o conforto dos consumidores: chuveiro, geladeira, condicionador de ar, etc.
- Trânsito. Definição dos critérios para avaliação dos custos dos acidentes de trânsito desenvolvido pelo IPEA.
- Prefeituras que perdem recursos por não ter quem faça projetos viáveis economicamente para captar recursos junto aos órgãos financiadores.

Internamente também estamos fazendo ajustes na estrutura administrativa, buscando baixar custos, reduzir a inadimplência, melhorar o ambiente de trabalho e aumentar a eficácia nos nossos processos.



Paulo Roberto de Jesus
Presidente do CORECON/SC

Estamos participando de vários eventos buscando inserir o CORECON e consequentemente os profissionais que representa na mídia, procurando mostrar nas entrevistas o potencial da categoria com opiniões e sugestões.

Comecei minha vida profissional na Consul em Joinville, depois ingressei na Eletrosul em Florianópolis. Cursei economia na Universidade Federal de Santa Catarina. Fui professor no Senac, Univali e Estácio de Sá. Como Presidente do Sindicato dos Economistas, negocie alguns acordos trabalhistas. Sou fundador do ICETAN – Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito e Transportes.

Tenho procurado fazer uma gestão com muita praticidade, colocando um pouco da experiência adquirida nas instituições onde trabalhei colocando o profissional de economia no lugar de destaque do qual é merecedor.

Presidente: Paulo Roberto de Jesus

Vice-Presidente: Ricardo Bayer Battistotti

Tesoureiro: Nelson Pamplona da Rosa

Conselheiros Efetivos: Horst Schroeder, João Randolfo Pontes, Ralf Marcos Ehmke, Paulo Roberto de Jesus, Nelci Moreira de Barros, Paulo de Tarso Guilhon, Valery Maineri König, Ricardo Bayer Battistotti, Waldemar Bornhausen Neto. **Conselheiros Suplentes:** Crisanto Soares Ribeiro, Silvío José Martins Filho, Flávio Lopes Perfeito, Adilson Oscar Longen, Adilson Gomes De Oliveira, Marcia Camilli, João Rogério Sanson, Nilo Sergio Silvy, Eduardo Alexandre Corrêa de Machado

O Economista - Informativo do Corecon/SC - Conselho Regional de Economia 7ª Região - Santa Catarina

Rua Trajano, 265, 12º andar, Florianópolis/SC - 88010-010

(48) 3222-1979 | www.corecon-sc.org.br | corecon-sc@cofecon.org.br

Edição e Textos: Dimensão Comunicação e Marketing

Jornalista Responsável: Débora de Medeiros Linhares DRT/SC 0645-JP

Planejamento gráfico: Wmidia - comunicação total

CORECON/SC oferece consultoria em Finanças Pessoais

Criado para atender famílias com renda familiar de até três salários mínimos, que estejam enfrentando dificuldades para organizar suas despesas pessoais, o Laboratório de Finanças Pessoais é um trabalho de consultoria totalmente gratuito, desenvolvido dentro do CORECON/SC, pelo Conselheiro Econ. Flávio Lopes Perfeito.

O Laboratório entrou em funcionamento a partir de março de 2010 e desde então já foram atendidas mais de 25 pessoas, com diferentes graus de formação profissional e de comprometimento da renda.

Em encontros semanais, inicialmente, é feito um diagnóstico da situação econômico-financeira em que se encontra a família, quem é o responsável pela renda, quem é o gestor dos recursos e outros aspectos relacionados. Depois de identificado o nível de comprometimento da renda, é elaborado um plano de trabalho, visando corrigir as distorções e a forma como deverão ser tratadas. “É a fase do plano de ação. Fazemos um acompanhamento da implementação das ações e avaliamos os resultados, adicionando correções de rumo”, explica o consultor.

O plano de trabalho prevê um mínimo de oito reuniões, sendo as quatro primeiras, semanais. Quando os resultados começam a aparecer, o monitoramento passa a ser feito com reuniões a cada 15 dias.

“Numa fase mais avançada, dependendo da evolução, podemos manter reuniões mensais por um novo período. O tempo do programa depende da situação de cada família e da maior ou menor velocidade de aceitação e implantação das medidas”, esclarece Flávio, ressaltando que num trabalho desses há componentes de natureza cultural e psicológica, que muitas vezes transcendem as questões econômico-financeiras e que também precisam ser tratadas.

O economista lembra que o projeto surgiu a partir das mudanças que estavam acontecendo na Economia nacional com um grande contingente de brasileiros apresentando elevação do seu nível de renda. Essa ascensão, no entanto, veio acompanhada de estímulo ao consumo e ao acesso aos empréstimos e financiamentos. “Sem um cuidado pessoal e sem orientação profissional, havia (e ocorreu) um risco muito grande de endividamento. Propusemo-nos a fazer um trabalho corretivo e, também, educativo”.

Mas, o trabalho feito não é um simples fazer contas e aplicar ferramentas de domínio dos economistas. “Como não prometemos milagres e o resultado possível é de médio e longo prazo, com um mínimo de seis meses para alcançar mudanças significativas, há casos de famílias que não avançam no trabalho”. Há também “fatores surpresa” como dívidas “esquecidas”, novas compras por impulso, entre outros, que acabam por comprometer o plano inicialmente proposto. “Nesses casos, geralmente, orientamos para que identifiquem novas fontes de renda, pois não tendo reservas financeiras é necessário dispor de mais recursos para implementar as medidas e equacionar o desequilíbrio já existente”.



Econ. Flávio Lopes Perfeito
*Responsável pelo trabalho no
Laboratório de Finanças Pessoais*

Dos casos atendidos, o projeto já conta com vários resultados positivos. “Agora mesmo, estou atendendo uma família que já está conseguindo mudar a sua situação, atuando em duas vertentes: de um lado, liquidando dívidas, eliminando compras por impulso, redirecionando despesas do dia-a-dia; de outro lado, aumentando a renda, com trabalhos extras. Estamos em nossa sexta reunião e os resultados começam a surgir”.

Há várias consultorias em andamento com resultados já aparentes, com mudança de hábitos e redução do nível de endividamento. O consultor lembra um caso emblemático, já concluído, de uma pessoa com 12 cartões de crédito, que conseguimos reduzir para dois, além de eliminar outros empréstimos e financiamentos. “Ela descobriu, por exemplo, que poderia transformar em fonte de renda, atividades que gostava de desenvolver apenas como passatempo”.

O Laboratório funciona nas terças e quintas-feiras, das 14:00 às 18:00 hs, na sede do CORECON/SC, em Florianópolis.

Para atendimentos a pessoas com renda familiar acima de três salários mínimos, o Economista Flávio Lopes Perfeito, oferece consultoria particular.

A experiência do CORECON/SC com o Laboratório de Finanças Pessoais será apresentada pelo Conselheiro Flávio durante o XVII Enesul, que acontecerá nos dias 2 e 3/8, em Porto Alegre/RS.

XVII Prêmio Catarinense de Economia

O CORECON-SC, em parceria com o BADESC (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina) e com o COFECON, realizou a entrega do XVII Prêmio Catarinense de Economia, em solenidade ocorrida no dia 09 de maio, no auditório da Fundação Cultural Badesc, em Florianópolis.

O presidente do CORECON-SC, Paulo Roberto de Jesus, destacou a satisfação pela realização do evento, que já está em sua 17ª edição, e a importância do mesmo para os profissionais de Economia de Santa Catarina.

O prêmio é entregue a profissionais registrados no CORECON/SC que concorrem com dissertações, artigos e teses; e a acadêmicos do Curso de Ciências Econômicas (com monografias), formados do 2º semestre do ano anterior e formados ou formandos do 1º semestre do ano atual.

A comissão de economistas que organizou o prêmio em 2011 foi composta pelos Economistas: Valery Maineri König, que presidiu a comissão, e por João Rogério Sanson e Marly Célia Souza de Carvalho.



Mesa diretora: Presidente do CORECON/SC fala sobre a importância do reconhecimento a profissionais e estudantes através da premiação.



Premiados

CATEGORIA ESTUDANTE

1º Classificado: **Ricardo Dreon**, com o tema: "Os efeitos do Pronaf sobre o PIB do município de Xaxim/SC no período de 2001 a 2010".

O intuito deste estudo foi analisar qual das modalidades de crédito, investimento ou custeio, que apresenta a maior contribuição para a formação do Produto Interno Bruto do município de Xaxim — SC. O município, localizado na região oeste de Santa Catarina, possui a economia voltada essencialmente para a agricultura, principalmente quando tratamos da matéria prima utilizada para o setor de carnes, principalmente o de aves, atividade econômica mais representativa do município em relação a valor adicionado fiscal. A produção de aves e suínos se mostrou atrativa para os produtores da região e do município após a instalação de vários frigoríficos abatedores na região, sendo um deles instalado no município de Xaxim. As modalidades de crédito do PRONAF, investimento e custeio, levam aos produtores a oportunidade de, além de alavancar a produção de grãos, usar para custear a alimentação de animais e investir nas estruturas produtivas e máquinas utilizadas.

2º Classificada: **Leticia Vanderlinde**, com o tema: "Os efeitos das decisões de Política Monetária do Banco Central do Brasil sobre o cumprimento das metas de inflação."

Esse trabalho investiga os efeitos das decisões de política monetária do Banco Central do Brasil sobre o cumprimento das metas de inflação. Foram analisadas três atas do Copom no período de pressão inflacionária que representa uma ameaça ao cumprimento das metas de inflação. Os resultados obtidos a partir dessa análise mostram que o Banco Central escolhe instrumentos com base na evolução da economia e em projeções econometrias, levando em consideração as defasagens existentes dos instrumentos de política monetária.

Outro instrumento utilizado no estudo foi o modelo de regressão linear múltiplo com objetivo de testar os efeitos da taxa de juros defasada e de câmbio sobre o cumprimento das metas de inflação. Foram utilizadas três variáveis (taxa selic, taxa de inflação e taxa de câmbio). Os resultados obtidos mostraram que não há evidências do efeito defasado da taxa de juros sobre a inflação. Os resultados apontam para uma correlação direta entre inflação e juros. Ou seja, quanto maior a taxa de inflação maior a taxa de juros no Brasil. Por outro lado a estimação do modelo mostrou uma correlação positiva entre a taxa de câmbio e taxa de inflação, ou seja, quanto mais desvalorizado o câmbio maior a taxa de inflação.

(Da esquerda p/ direita) 3º Classificado na categoria estudante: Gianni Fabrizio Sell Rossi; Profº Jamis Piazza, representando a 2º Classificada na categoria estudante, Leticia Vanderlinde; Valery Maineri König (Presidente da Comissão Organizadora do XVII PCE); Johnny Luiz Grando (Delegado do CORECON/SC em Chapecó); Paulo Roberto de Jesus (Presidente do CORECON/SC); 1º Classificado na categoria estudante, Ricardo Dreon; Nilva Fin Nishi, representando o Econ. Lisandro Fin Nishi (Categoria Economista).

3º Classificado: **Giann Fabrizio Sell Rossi**, com o tema: “As transformações recentes na economia Brasileira e suas implicações sobre o setor agroindustrial: um estudo sobre o comportamento do emprego nas agroindústrias de abate e processamento de carnes de Santa Catarina”.

O estudo analisa a evolução do mercado formal de trabalho na agroindústria alimentar catarinense de suínos e aves entre os anos 2000-2010, com foco no setor de abate e processamento de carnes localizado na Mesorregião Oeste de seu território.

Entre os principais resultados obtidos no estudo estão as variações no perfil do trabalhador da agroindústria de carnes (idade, gênero, nível de renda) e as implicações da política exportadora sobre a alocação de trabalhadores. Entre as conclusões finais, indica a importância da agroindústria como um dos pilares da economia catarinense, ainda que dentro de um conjunto de limitações quanto à disseminação de emprego, renda e dinamização da atividade econômica em sua área de predominância regional.

CATEGORIA ESTUDANTE

Lisandro Fin Nishi, com o tema: “Análise da competitividade em turismo entre Florianópolis e Argentina com base na taxa real de câmbio”.

Esse trabalho teve como propósito analisar se houve ganho ou perda de competitividade do turismo de Florianópolis em relação à Argentina, após a estabilização econômica advinda com o Plano Real. Para tanto o método usado foi o da Taxa Real de Câmbio, com análise realizada para o período de julho de 1994 a julho de 2011. Para a variável índice de preços externo optou-se por escolher o Índice de Preços ao Consumidor da Argentina (INDEC), cujos dados foram retirados do site do Instituto de Estatística e Censos da República Argentina. O índice de preços interno usado foi o Índice de Preços ao Consumidor de Florianópolis, com dados fornecidos pelo Departamento de Ciências Econômicas da ESAG – UDESC. A taxa nominal de câmbio (Real / Peso argentino) foi calculada após a obtenção da taxa de câmbio (Real / Dólares americanos), via software Economática, e da taxa de câmbio (Peso argentino / Dólares americanos), via site www.ipeadata.gov.br.

Os dados foram trabalhados com auxílio dos softwares Excel e Gretl. Os resultados evidenciaram perda de competitividade no período analisado pelo município de Florianópolis. Essa perda de competitividade, resultante da apreciação real de 69,78 % na taxa real de câmbio, pode traduzir-se em perda de renda para a população local, com efeitos negativos sobre o bem estar social da população florianopolitana.

CORECON-SC e BRDE firmam convênio para a realização do IV Prêmio BRDE de Desenvolvimento

Os presidentes do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (CORECON-SC), Paulo Roberto de Jesus, e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Renato de Mello Viana, assinaram convênio para a realização do IV Prêmio BRDE de Desenvolvimento. Pelo acordo, a organização do evento ficará sob a coordenação do CORECON-SC, e os recursos financeiros serão gerados pelo BRDE.

O Prêmio tem a finalidade de estimular e valorizar pesquisas e trabalhos desenvolvidos por economistas, tendo como foco básico temas que contribuam para o processo do desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina, abrangendo estudos de cadeias produtivas ou a sua formação, manutenção e dinâmica de aglomerados produtivos.

Os trabalhos serão selecionados com base em processo definido pelo CORECON-SC, conforme regulamento específico estabelecido pelas instituições. O conteúdo dos trabalhos deve dar ênfase a aspectos da economia de Santa Catarina, ou ainda, às relações da economia.

Uma Comissão vai elaborar o cronograma do evento, que deverá distribuir uma premiação de R\$ 5.000,00 para o primeiro colocado; R\$ 3.000,00, para o segundo; e R\$ 2.000,00 para o terceiro colocado.

A solenidade de assinatura do termo aconteceu no dia 25 de maio, no auditório do BRDE, em Florianópolis. Além dos presidentes das duas instituições, a solenidade contou com a presença do diretor de operações do BRDE, Neuto de Conto, e de gerentes do Banco. Participaram, também, representantes do CORECON-SC, entre eles, o vice-presidente, Ricardo Bayer Battistotti ; o ex-presidente, Paulo de Tarso Guilhon; e a Conselheira Valery Maineri Köning.



Assinatura do convênio para realização do IV Prêmio BRDE de Desenvolvimento

O Campo de Atuação do Economista-Perito

Perito, segundo o dicionário, é o especialista em determinada matéria. Dir-se-ia que todo bom profissional é perito e “doutor” em sua profissão, porque domina conhecimentos, técnicas, argumentos, que lhe permitem opinar sobre suas atividades. Nesse sentido, não é suposta uma escolaridade mínima obrigatória, apenas o saber prático.

Perito, no âmbito das relações jurídicas, é também o especialista, entretanto dotado de um conhecimento técnico e científico apurado, capaz de transmitir àqueles que não são experts no assunto os fatos, suas causas e consequências.

Por isso, magistrados, advogados, empresas, pessoas físicas em geral, solicitam o auxílio profissional de um Perito sempre que têm uma dúvida, um conflito de interpretação, ou mesmo quando a lei exige a manifestação do especialista na matéria.

O uso mais freqüente dos préstimos do Perito vem dos processos judiciais. Seria possível mencionar, com base documental, a atuação de Peritos desde o início da Idade Moderna, século XVI. No Código Comercial brasileiro, em vigor (hoje parcialmente) desde 1850, já se previa a presença de peritos no embate entre comerciantes. Os Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973 (ainda vigente), consagraram, em vários artigos, a necessidade de o Juiz valer-se de peritos para formar a prova necessária a um julgamento justo.

Atualmente, há Peritos atuando em todas as esferas da Justiça (Estadual, Federal e Trabalhista), em varas especializadas (Cível, Fiscal, Fazenda, Criminal, Falência e Recuperação de Empresas, etc), mas também em Câmaras de Arbitragem e Mediação e, especialmente, em conflitos extrajudiciais, aqui entendidos como aqueles que não resultam em processos judiciais ou soluções alternativas de conflitos (arbitragem, mediação ou conciliação).

Quanto aos Economistas, a presença como Peritos Judiciais, Extrajudiciais e Arbitrais vem crescendo em número e qualidade nos últimos 20 anos, Embora presente na Lei 1.411/1951, que rege nossa profissão, e regulada pelo Conselho Federal de Economia desde 1957, deve-se reconhecer que poucos economistas adentravam nesse campo profissional até o início dos anos 1990.

Na referida lei está previsto — artigos 3 e 14 — o nosso campo de atuação: Economia e Finanças. Nesse vasto universo é que se insere a especialidade dos economistas. Em todas as causas em que o tema discutido envolva Economia e Finanças, o Economista Perito pode atuar, do ponto de vista legal.

Exemplificando com alguns tipos de processos/conflitos comuns na sociedade em que vivemos, entre as dezenas de possibilidades:

Laudos e Pareceres Periciais tratando de fatos econômicos e financeiros de qualquer natureza, não apenas de seus registros, inclusive prestação de contas, revisão de contratos e operações bancárias, financiamentos,

Laudos, Pareceres e Relatórios de auditoria econômica e financeira, que abordem o uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos privados e públicos, em empresas, sociedades, associações, condomínios, etc.

Laudos e Pareceres de Avaliação e Valoração de bens tangíveis (materiais: imóveis, máquinas, empreendimentos, etc) e intangíveis (imateriais: marcas, fundo de comércio, etc).

Laudos e Pareceres de Valoração Econômica de danos ambientais, danos emergentes e lucros cessantes, para fins indenizatórios.

Planos de Recuperação e Reestruturação de Empresas, nos âmbitos Judicial e Extrajudicial, envolvendo questões de mercado, eficiência, finanças, pretéritas, presentes e futuras.

Relatórios de Due Diligence para aquisição, fusão e incorporação de empresas, nos seus aspectos econômico-financeiros.

Claro que uma das exigências para atuação do Economista Perito é a legal, e ele a tem. Entretanto, também é essencial, para a manutenção no mercado, que constantemente se atualize e aprimore, para servir à sociedade da melhor forma como esta o exige.

Pedro Afonso Gomes

Economista, pós-graduado em Mercado de Capitais, Direito Empresarial e Estratégia Empresarial. Consultor, Mentor, Auditor, Gestor, Perito Judicial/Extrajudicial, com ampla experiência em empresas em dificuldade e causas de natureza econômico-financeira



COFECON cria Carteira para Estudantes

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) criou a carteira para estudantes. Com ela o estudante de economia poderá usufruir de todas as facilidades oferecidas aos economistas registrados no Conselho Regional de Economia, em igualdade de condições, exceto aquelas diretamente relacionadas ao exercício profissional, que sejam privativas dos profissionais registrados por disposição de lei.

Essa iniciativa visa criar um elo entre a realidade profissional, o mercado de trabalho e as atividades das escolas.

Para obter mais informações sobre a emissão da carteira e dos benefícios da mesma, entrar em contato com o CORECON/SC: Tel. 48 3222-1979 ou www.corecon-sc.org.br.

Documentos necessários para obter a carteira:

- Certidão expedida pela escola, comprobatória de estar o interessado matriculado em qualquer período do Curso de Ciências Econômicas;
- Duas fotos 3X4;
- Requerimento preenchido;
- Pagto. de taxa de emissão de carteira no valor de R\$ 15,00

Emissão de ART

De acordo com a Resolução Cofecon n.º 1.852, de 28 de maio de 2011, as empresas e os profissionais de economia, devidamente registrados no Conselho Regional de Economia e em situação regular, poderão fazer o registro de documentos que comprovem o desempenho de suas atividades profissionais, através da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

As ART's comporão o seu acervo técnico profissional junto ao CORECON/SC. A emissão é gratuita e para saber sobre os procedimentos necessários, o profissional deve entrar em contato com o CORECON/SC pelo telefone (48) 3222.1979 ou e-mail: tecnico@corecon-sc.org.br.



A Carteira de Estudante
sintoniza futuros economistas
com a profissão

Adquira já a sua!

XVII ENESUL

O XVII Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul) está confirmado para o início de agosto, e será realizado no Salão de Eventos do Hotel São Rafael no centro de Porto Alegre. Paralelamente, acontecerá também o I Encontro Sul Brasileiro de Perícias, Auditoria e Avaliação Econômico-Financeira.

O Enesul será aberto no dia 2 de agosto à noite, com a participação dos presidentes dos Conselhos de Economia de Santa Catarina, Paulo Roberto de Jesus, do Rio Grande do Sul, Geraldo Fonseca, e do Paraná, Eduardo Garcia. A Palestra Magna será proferida pela ex-governadora do RS, economista Yeda Crusius, que abordará o potencial do Brasil no novo contexto internacional e os impactos na economia da Região Sul.

Os painéis e palestras ocorrem no dia 3. Nos debates serão discutidas

as estratégias e os entraves ao desenvolvimento regional; o desenvolvimento sustentável nos três Estados; e as perspectivas da inserção comercial internacional da Região Sul. Outro tema que vai merecer toda atenção é o da Copa do Mundo, que ocorre no Brasil em 2014. Já o Encontro de Perícias acontece no dia 2, durante o dia.

Os eventos são promovidos pelos três Conselhos Regionais de Economia da Região Sul (CORECON/SC, CORECON/RS E CORECON/PR), com apoio do Conselho Federal de Economia - COFECON; Federação Nacional dos Economistas — FENECON; Sindicato dos Economistas do Paraná — SINDECON/PR; Associação Paranaense de Direito e Economia — ADEPAR; e Ordem dos Advogados do Rio grande do Sul — OAB/RS.

Informação e Conhecimento: Fatores de Produção do Século 21

O uso de informação é parte intrínseca na rotina de qualquer empresa ou governo. Mas, capital e trabalho figuram como variáveis teóricas de maior importância nas funções econômicas. Elas predominam no campo conceitual, mas na prática o uso estratégico da informação é primordial na tomada de decisão. Mas, o que é informação? A informação é um dado dotado de importância e propósito, uma simples observação do mundo com valor agregado. Interessante analisar que a informação, enquanto fator de produção, rompe com a tradicional definição de economia: "maximização dos recursos escassos". Em 1987, Gordon Gekko, protagonista do filme Wall Street, definiu informação de forma peculiar: "The most valuable commodity I know of is information. Wouldn't you agree?" Mas, informação é uma commodity? Desde o surgimento da escrita até 2003 a humanidade produziu 5 exabytes (1 exabyte = 1 bilhão de gigabyte) de informação. Segundo a última estimativa, foram produzidos 988 exabytes de informação em 2010. Quase 200 vezes mais informação do que a existente até 2003! Esta produção exponencial ocorre em razão da evolução tecnológica e novas maneiras de uso da internet. Hoje, é arriscado assumir a hipótese de assimetria de informações, pois evidenciamos o excesso de informação, mas que se apresenta de forma não organizada e desestruturada, embora acessível. Desde 2004, com o advento da web 2.0, pessoas comuns com acesso a internet se tornaram produtoras de informação, papel antes centralizado pelas organizações. Hoje são aproximadamente 2 bilhões de pessoas com acesso a internet no mundo, sendo principalmente usuários de blog, redes sociais e serviços colaborativos. Uma fonte inesgotável de informação. Este novo mundo está associado ao conceito de Economia do Conhecimento, que se traduz no novo modelo de negócios que faz uso das tecnologias da informação e comunicação para mediar transações e interações entre agentes econômicos. Neste modelo, a informação é a moeda corrente e o consumidor/cidadão é o agente central. A Engenharia e Gestão do Conhecimento são

instrumentos desta economia, responsáveis pelo desenvolvimento de métodos e tecnologias que permitam explicitar informações estratégicas. O governo eletrônico - egov é responsável pela aplicação de tecnologias para aumento da eficiência e eficácia dos governos. Embora tecnológica, há muitos diretores de egov com formação econômica, em especial o economista Miguel Porrúa, coordenador de egov da Organização dos Estados Americanos, que assessora todos os governos da América sobre o tema. O profissional em economia se destaca neste campo pela sua visão sistêmica que permite analisar diferentes variáveis de forma estratégica e correlata, conhecendo implicações do uso da tecnologia, o impacto na sociedade e nas atividades do governo e o seu custo benefício. Este é um novo filão de mercado para economistas conectados com o futuro, e que deve ser regulamentado pelos conselhos.

Thiago Paulo Silva de Oliveira, Msc.

É economista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), mestre em Engenharia do Conhecimento (2009) pela mesma instituição, Formador de Estratégias em Governo Eletrônico certificado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Coordenador em práticas de Civismo Informacional certificado pela Organização Universitária Interamericana. Consultor em engenharia e gestão do conhecimento aplicada a administração pública e analista sênior de governo eletrônico do instituto i3G, instituição responsável pelo projeto mGOV2, que tem o objetivo de auxiliar os governos da América Latina na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas em governo 2.0, além de estratégias de governança local através de redes sociais e dispositivos móveis

Catarinense assume a presidência do COFECON

Em cerimônia realizada em Brasília, o Economista catarinense Ermes Tadeu Zapelini assumiu a presidência do COFECON no dia 09 de fevereiro. Foram empossados também o vice-presidente, Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro, e os novos conselheiros com mandato até 31 de dezembro de 2014.

Em seu discurso de posse, Zapelini destacou que o foco da diretoria executiva em 2012 é incorporar e realizar aquelas decisões assumidas pelo órgão superior do sistema que é o seu plenário.

Sobre o profissional economista, lembrou que é dele "a mais ampla visão do mundo em que vivemos". Destacou também o Sistema COFECON/CORECONs, sobre o qual disse que é preciso "priorizar os objetivos principais, evitando assim as superficialidades". E sobre a economia, o presidente criticou a taxa de juros; propôs a "fusão de quatro a cinco ministérios em um, que poderia ser o Ministério da Economia"; e, por fim, destacou a importância do planejamento.



Especial China

Artigo de colaboradores
sobre a economia e as
características do
mercado chinês

- Ronal Resmini Balena
- Idaulo José Cunha
- Xinquan Lu

Na China, pense como os chineses

O ambiente de negócios na China é moldado na forte expansão econômica que o país vive há mais de duas décadas - na casa dos 10% anuais, somada às inúmeras tradições da cultura local. Não há receio quanto a crises e “Plano B” não é expressão comum no vocabulário dos empresários. Tendo essa realidade como referência, é fundamental compreender algumas regras básicas desse complexo e fascinante mercado.

Os chineses não confiam e não apreciam discussões hipotéticas de longo prazo, especialmente no início de conversações com potenciais parceiros. Relações de negócio quase sempre iniciam com um primeiro passo real - por exemplo uma ordem de compra, se o parceiro chinês estiver na ponta vendedora. A partir daí, a confiança é construída passo a passo, negócio a negócio, até que a relação esteja madura, quando a porta se abre para planos futuros e questões estratégicas.

Empresários chineses tendem a superestimar sua capacidade de realização, seja qual for o setor de atuação. É muito raro ouvi-los dizer que alguma solicitação não pode ser atendida. Assim, prazos ou capacidade técnica são considerados como fatores de importância menor na hora de fechar um negócio, o que acaba em frustração e decepções futuras, quando o cliente não recebe aquilo que esperava. Por isso é fundamental uma avaliação cuidadosa da capacidade do parceiro, através de exemplos reais ao invés de promessas ou prospectos.

Finalmente, as relações de negócio são construídas em uma complexa rede, onde benefícios pessoais são aceitos como parte natural dos processos de compra e venda.

Em outras culturas, tais benefícios seriam imediatamente definidos como corrupção, mas não na China. É fundamental estar preparado para quando, cedo ou tarde, for confrontado com tais propostas. O grande desafio é buscar uma forma transparente de abordar o tema. Sugestão: deixar claro, desde o início das negociações, os limites corporativos para tais assuntos e buscar oferecer incentivos formais, como comissões, por exemplo.

As relações comerciais entre Brasil e China estão em forte expansão, sem sinais de enfraquecimento. Entender o “jeitinho chinês” de fazer negócios é fundamental para que nossos empresários possam aproveitar ao máximo as futuras oportunidades. Mas não devemos nos enganar, se algumas regras básicas não forem seguidas, é grande o risco de insucesso.

Ronal Resmini Balena

Natural de Concórdia, Diretor de Desenvolvimento de Produtos para China, na divisão Starters and Generators da Bosch em Changsha, Hunan, China há 5 anos

O Renascimento da China como Potência Mundial e as Relações Comerciais do Brasil com a China

Há sete anos, quando percebi o avanço da economia chinesa, a China ocupava a sexta posição na geração do PIB do globo. Em 2005 deslocou a França e em seguida o Reino Unido. Em 2007 ultrapassou a Alemanha e em 2010 assumiu a posição de segunda potência econômica, ao superar o PIB japonês.

No mesmo período, a economia brasileira oscilou entre a oitava e nona posição.

A extraordinária trajetória recente da China corresponde ao renascimento da civilização mais antiga do mundo, após seis séculos de hibernação.

Friso que o plano de abertura para o mercado internacional e de liberalização da economia chinesa foi iniciado em 1978, pelo visionário líder Deng Xiaoping, que adotou princípios como: internacionalização e industrialização do país (criação de zonas de desenvolvimento e atração de investimentos do exterior); transformação de camponeses em empreendedores e prioridade à ciência e tecnologia.

O PIB chinês expandiu-se à taxa média de 10% ao ano, nos últimos 30 anos. A China tornou-se a fábrica do mundo e assumiu a hegemonia na produção mundial de uma variada gama de produtos, como: carvão; cimento; aço; tecidos; calçados; móveis; automóveis; televisores; telefones móveis e equipamentos de telecomunicações.

O extraordinário crescimento das relações comerciais Brasil-China na primeira década do século XXI refletem o inesperado e bem sucedido plano estratégico de ascensão da China.

China maior exportadora mundial e ávida importadora de commodities

As exportações chinesas aumentaram em 160 vezes entre 1978 e 2010 e assumiram a liderança mundial em 2009, com o valor de US\$ 1,4 trilhão, cerca de um décimo do comércio mundial de mercadorias.

Em 2010 a China superou o Canadá como principal supridor externo de mercadorias dos EUA, com vendas de quase US\$ 400 bilhões, destacando-se linhas de produtos manufaturados com variados graus de avanços tecnológicos.

As exportações da China para o Brasil aumentaram 30 vezes entre 2000 e 2010, superando os tradicionais parceiros comerciais- EUA e Argentina.

Os perfis das transações entre o Brasil e a China contrastam fortemente em relação ao valor agregado dos produtos: a China abastece o Brasil com bens industrializados: máquinas e aparelhos eletro domésticos e mecânicos e produtos químicos; enquanto o Brasil exporta sobretudo commodities- soja e derivados e minério de ferro e, num segundo plano, combustíveis.

O que sobressai na trajetória das relações comerciais Brasil-China é a tendência do Brasil aprofundar a especialização no abastecimento de bens primários e da China firmar-se como fornecedora de produtos industrializados, com elevado aporte de tecnologia.

A participação do Brasil no suprimento de mercadorias para a China é pouco significativa, pois não alcança 1,6%. Somente os minérios salientaram-se no abastecimento chinês, com 23,3%.

Centro sul brasileiro (e do cone sul) de estudos da China

Diante da avassaladora expansão chinesa, dos avanços em saltos dos negócios brasileiros com a China, da previsão de tornar-se a nação líder mundial, entre 2025-2026 e o fato adicional da China ser um robusto investidor e considerando o parco conhecimento sobre a civilização e a economia chinesa, proponho a criação do Centro Sul Brasileiro (e do Cone Sul) de Estudos da China.

O Centro adotará estrutura de trabalho em rede (network) com múltiplos propósitos, como: - Criar um polo de conhecimento sobre a China; - Organizar uma rede de especialistas;- Realizar cursos, editar livros e artigos sobre a China e suas relações com o Sul do Brasil e o Cone Sul. Oferecer orientação a empresas, órgãos governamentais, profissionais e executivos.

O grande desafio do Brasil, que já possui um parque industrial diversificado, é o de adotar estratégias e políticas duradouras para conviver com um país que está gerando um novo modelo de desenvolvimento- Consenso de Pequim e que exerce crescente influência na modelagem do novo capitalismo e na ordem mundial dos anos 20 deste século.

A China é um complexo enigma que necessita ser decifrado.

Idaulo José Cunha

Economista e escritor

Especial China

Uma estratégia ganha-ganha para o agronegócio sino-brasileiro: uma completa cadeia de fornecimento

A presidente Dilma Rousseff e sua equipe, incluindo o Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), Fernando Pimentel, visitaram a China em 04 de abril de 2011. Os líderes chamam para uma “nova fase” nas relações de negócios sino-brasileiras, exortando mais investimentos chinês no Brasil em áreas como a infra-estrutura e agricultura. Como um homem de negócios da agricultura, estou muito contente em ver esforços governamentais em facilitar o comércio bilateral. Aqui, gostaria de discorrer algumas oportunidades da cooperação de negócios na agricultura.

O comércio face a face de fornecedores brasileiros, e consumidores chineses, de grande parte de alguns produtos agrícolas, ambos os lados nas maiores instâncias não são partes diretas na operação comercial. As transações são realizadas por intermediários — empresas internacionais as quais pelas vantagens do capital e tecnologia possuem o controle das plantações, armazenamento e logística. Como uma consequência, estes intermediários decidem não somente na distribuição mais também no preço dos produtos agrícolas. O fornecedor na ponta e o consumidor final são os que pagam pela alta taxa de agenciamento — o lucro dos intermediários. Outra questão, atualmente os importadores chineses que comercializam com o Brasil importam principalmente produtos primários como commodities agrícolas. As importações de produtos manufaturados são limitadas. Estes poucos negócios atuais apresentam grandes oportunidades para o comércio futuro, uma vez que, ainda há muito a ser explorado no negócio bilateral sino-brasileiro.

O caminho está nas transações diretas na agricultura entre o Brasil e a China através de uma cadeia de fornecimento completa, a qual precisa ser estabelecida primeiramente. O Brasil é rico em recursos naturais e produtos primários agrícolas, enquanto que a China é chamada de “Fábrica Mundial”. Melhor ainda, ambos países são grandes economia em desenvolvimento que já possuem experiências em negócios

internacionais. O período é maduro para os negócios dos países para se engajarem em cooperação na indústria agrícola, da agricultura ao processamento e logística.

Especialmente, as seguintes áreas valem a pena explorar:

- Pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de criação e biofertilizantes;
- Processamento de valor agregado, incluindo pesquisa e desenvolvimento de modelos de processamento, assim como equipamentos;
- Construção de infra-estrutura como rodovias, ferrovias, portos e cais, para que se estabeleça uma rede logística apropriada.

Tal cooperação beneficiará o fornecedor e consumidor final por liberá-los das altas taxas de agenciamento atualmente pagas. Todavia, a realização do benefício final depende de suporte governamental. Primeiro de tudo, há necessidade de se estabelecer um quadro legislativo adequado para o comércio bilateral e agricultura; e considerações dadas para a realização de uma política favorável como as dos tributos.

Seguidamente, é fundamental que as moedas de ambos países sejam aceitas para se evitar riscos de câmbio trazidos pela transação em dólar norte-americano, o qual tem se tornado o principal risco no comércio internacional atualmente.

Estou esperançoso em prol de uma futura cooperação na indústria agrícola entre o Brasil e a China. Empresas e Governos de ambos países precisam agir e agora.

Advogado Dr. Xinquan Lu

Tradução livre pelo Dr. Roulien Paiva



CORECON^{SC}

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

WWW.CORECON-SC.ORG.BR

acesse, informe-se!